



A CIDADE URBANA NA AMAZÔNIA: reflexões sobre a construção do plano local de habitação de interesse social

Najara Mayla do Socorro Veiga Costa¹

Resumo:

As políticas de incentivo ao desenvolvimento de centros urbanos na Amazônia produziram um conjunto de transformações sobre a urbanização, com a valorização dos centros localizados às margens das rodovias, a consolidação de vilas e povoados localizados nas proximidades da nova zona de circulação e empreendimentos e a concentração da população nas capitais estaduais. Particularizar essas transformações dentro do contexto de pequenas cidades é um desafio.

Palavras-chave: Urbanização na Amazônia, Pequenas Cidades, Oeiras do Pará.

Abstract: Policies to encourage the development of urban centers in the Amazon have produced a set of transformations on urbanization, with the exploitation of centers located the margins of highways, the consolidation of towns and villages located in the vicinity of the new area of movement and ventures, and the concentration of the population in state capitals. Singling out these transformations within the context of small cities and a challenge.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: najara.mayla@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

Entender o processo de ocupação e urbanização da Amazônia é fundamental para compreender a particularidade que cada cidade representa dentro do contexto nacional e regional. As cidades na Amazônia guardam características de exploração e povoamento, que tem origem no período colonial.

Segundo Machado (1989) do final do século XVI e o início do século XVII, foi um período marcado por conquistadores que se aventuraram em longas viagens por terras desconhecidas na busca de enriquecimento, ou como chamavam na época, em busca do eldorado. A partir de 1600 já sob o domínio da Coroa Ibérica, começaram as incursões para a Amazônia com objetivo de expulsar os estrangeiros (Franceses, Ingleses e Holandeses) e de proteger o território português.

Essas intervenções no território amazônico continuaram a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX, foi um período marcado pela implementação da intervenção territorial e urbanística do período pombalino (1750-1777), sob a idealização de Sebastião de Carvalho e Melo, o Marques de Pombal que era primeiro ministro de Portugal e promoveu alterações territoriais e urbanísticas em Portugal e nas colônias portuguesas.

Assim, a colonização amazônica, a diferenciam das demais regiões do país, não apenas pelo isolamento geográfico de algumas cidades, ou pelo pequeno porte da maioria dessas, mas que reflete grande importância local. As escalas de aglomeração seguem padrões definidos pela acessibilidade, pela cultura, pela relação com o meio ambiente e com a terra, e dependem fortemente dos processos em curso no espaço rural.

As cidades amazônicas não produzem riqueza através de suas indústrias, mas em atividades extrativistas, da exploração mineral, madeireira ou monocultura agrícola.

A partir da década de 1970 a urbanização da Amazônia se deu sob as intervenções estatais com políticas de migração induzida e financiada pelo Estado com investimentos maciças em grandes empreendimentos para viabilizar o desenvolvimento urbano.

A urbanização na Amazônia refere-se à multiplicação dos pontos de concentração e de sua população na cidade, a população migra em busca de satisfação de



necessidades básicas como educação, saúde e novas oportunidades de trabalho. Vivencia-se uma nova racionalidade propiciada pela vida na cidade.

A estruturação urbana e regional na Amazônia implica em diversidade de cidades, dessa forma, as redes urbanas, seja através de núcleos planejados ou não, configuram diversidade que vão das cidades ligadas aos setores da mineração, indústria, madeira, siderurgia ao longo das estradas e dos grandes projetos, bem como da rápida concentração populacional ao longo dos rios.

As cidades na Amazônia assumem diferentes significados para os diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano e rural. E a ação do Estado é marcado no âmbito federal pela imposição de uma ordem territorial definida pela implementação de uma ordem territorial que passa a ter função de interesse nacional com a geração de energia, exploração de minérios, etc., e também dinamiza a economia do país, porém não concretizou a ocupação tão desejada e as estratégias espaciais não resolveram as dificuldades de acesso.

2. A DIVERSIDADE URBANA NA AMAZÔNIA E A PARTICULARIZAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES

Para entender a urbanização da Amazônia é fundamental considerar a complexidade diversa e complementar desse processo que é resultado de diferentes dinâmicas socioespaciais. O espaço urbano traduz, materializado nas relações socioeconômicas as estruturas mais amplas de mercado e sociedade, essas praticas afetam de uma forma ou outra a estruturas e as papel da cidades amazônicas, coerente a mesma lógica de expansão capitalista.

A formação urbana na Amazônia se deu de maneira diversa e complementar, sendo resultado de diferentes dinâmicas socioespaciais, como demonstra Ribeiro (2012, p. 215 e 216):

Para entender a dinâmica urbana e os processos socioespaciais dos municípios na região amazônica, é necessário compreendê-los a partir de suas relações com o mundo exterior, seja o seu entorno ou não, mas também de suas especificidades intraurbanas. Assim, os processos são também desencadeados pela forma, na divisão territorial do trabalho, o capital e seus agentes atuam nos espaços



regionais, e nesse sentido é que devemos levar em conta as dinâmicas socioespaciais anteriores a essas ações, ou seja, entender aquilo que Santos denominou de formações espaciais e que nos possibilita, de um lado, considerar espaços como dimensão constitutiva, e não apenas palco e, por outro, o múltiplo dimensionamento da análise, considerando as escalas geográficas em que os processos e dinâmica se desenvolvem desigual e combinadamente.

Como já foi dito a região amazônica desenvolveu-se por um processo de urbanização desigual, com realidades complexas e diversas em dinâmicas socioespaciais diferentes que as torna singular no âmbito da formação urbana. Dentro da formação do espaço urbano amazônico podem ser consideradas duas formas socioespaciais: redes urbanas com formas complexas e redes urbanas dendrítica. Como aponta Corrêa (apud Ribeiro, 2012, p. 217):

As redes urbanas com formas complexas são aquelas caracterizadas pela existência, na hinterlândia de uma dada cidade regional importante, de diversos padrões locais de centros – confluência de rios, contato entre áreas de produção diferentes, localização portuária, junto a minas e fontes termais, em uma ampla, fértil e densamente povoada planície, em torno de um centro industrial antigo, originando, através de mecanismos de economia de aglomeração, uma concentração urbano-industrial etc... A rede dendrítica é a forma espacial mais simples da rede urbana, especialmente nos países de passado colonial. Caracteriza-se pela presença de uma cidade primaz localizada excentricamente à hinterlândia, geralmente junto à embocadura de um rio navegável. Esta cidade antecede genericamente a ocupação urbana da área retaguarda e a criação de outros centros de rede, tornando-se a porta de entrada e saída de sua hinterlândia.

As áreas urbanas são construídas de acordo com a lógica do capital, sendo utilizadas em virtude das necessidades destes, igualmente, as cidades podem ou não se adequar a realidade do capital e ser incorporada a ele. As pequenas cidades da Amazônia, que não ofereçam benefícios naturais, minerais ou agroeconomicos, não se inserem no desenho da exploração do espaço amazônico e os investimentos em políticas públicas estará em segundo plano, como afirma Valente (2012, pág. 78 e 79):

o papel das pequenas cidades amazônicas no âmbito da divisão socioterritorial do trabalho, os municípios têm baixíssima arrecadação orçamentária, com pouca capacidade de condução das políticas sociais, fragilizando, sobremaneira, o atendimento dos usuários das



políticas sociais, os quais têm a produção e reprodução da vida social em níveis absolutamente precários para realização do viver;

Pequenas cidades na Amazônia formam estruturas que precisam ser entidades nas suas reais dimensões, como nos orienta Castro (2009, p. 32) “[...]a cidade não é uniforme na sua expansão, ela reproduz divisões sociais na conformação de seus espaços, na consolidação de bairros antigos e no aparecimento de novos”.

Desta maneira, pequenas cidades não são definidas simplesmente pelo tamanho populacional como é definido pelo IBGE², como argumenta Silvia e Amaral (2009, 39) “[...]mas também pela forma urbana, pelas funcionalidades que apresentam e pelo grau de polarização e de concentração de suas atividades[...]”. Apresentam entre suas características no contexto espacial, o comércio e serviços representando o núcleo central do espaço urbano desdobrando suas relações na influência que exerce com o rio através do porto com os fluxos de mercadorias e pessoas. Dessa forma, as relações entre homem-meio, são particularizadas através do rio extremamente marcantes na dinâmica socioespacial.

3. O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE OEIRAS DO PARÁ

3.1 Caracterização do Município de Oeiras do Pará

O município de Oeiras do Pará localizado na região do Baixo Tocantins pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e a Microrregião de Cametá. Seu povoamento deu-se por volta do ano de 1653, como resultado da presença da missão jesuíta no rio Araticu, onde os religiosos conseguiram fixar um dos mais importantes aldeamentos de índios.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Oeiras do Pará em 1991 tinha população em torno de 18.792 habitantes, sendo 7.980 na área

² Segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), são consideradas cidades pequenas são as que possuem população inferior a 100 mil habitantes.



urbana e 15.275 na rural e em 2010 a população era de 28.595 habitantes, com 11.432 na área urbana e 17.163 na área rural.

Outros dados fornecidos pelo IBGE são sobre as unidades de domicílios na área urbana, na qual em 1991 o número de unidades domiciliares na área urbana era de 4.958 e em 2010 esses números correspondiam a 11.432 domicílios, bem como, a taxa de urbanização em 1991 era de 26,38, já em 2010 essa taxa era igual a 39,98. O número de habitantes por unidade de domicílios era de 6 em 1996 e em 2010 era de 5,23.

É importante observar que em relação as atividades econômicas desenvolvidas no município, este não se destaca no seu contexto regional, pois não se tem setores industriais, minerais, extrativistas ou agroexportadores que sejam significativos para destacar sua economia. Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará - IDESP, Oeiras em 1999 apresentava apenas três setores de emprego, entre eles, Indústrias de Transformação com 3 empregos, Serviços com 2 empregos e a Administração Pública com 168 empregos. Já em 2010, esses número representavam um estoque de emprego segundo setor de atividade econômica de 9 empregos no setor de Indústria de Transformação, 3 no setor de Serviços Utilidade Pública, 28 no setor de Comércio, 9 no setor de serviços e 1.125 no setor da Administração Pública, no total de 1.174 de estoques de emprego na esfera municipal. Outros setores como Extrativa Mineral e Agropecuária não são identificados. (IDESP 2012)

No entanto, o município de Oeiras do Pará tem sua base econômica baseada principalmente no funcionalismo público, bem como nos Benefícios Sociais Federais, tais quais, aposentadorias, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, entre outros.

O município de Oeiras do Pará, embora desenvolva poucas atividades econômicas atreladas ao cenário econômico regional, este apresenta características de vida ribeirinha que são fundamentais para a sobrevivência da população, o modo de vida em Oeiras ainda preserva sua cultura tipicamente ribeirinha, cujo rio é um elemento para a reprodução da vida, uma dinâmica social que se liga a ele, que inclui o extrativismo do açaí, a pesca do peixe e do camarão, que é responsável pela sobrevivência de muitos moradores que vivem na cidade.



A reprodução da vida é, portanto, mediada pela necessidade de se criar alternativas de trabalho que incluem uma diversidade de funções, são, feirantes, vendedores ambulantes, carreteiros, trabalhadores braçais, carpinteiros e dentre outros.

3.2 ETAPAS METODOLOGICAS DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A elaboração do Plano Local de Interesse Social – PLHIS do município de Oeiras do Pará, que foi uma iniciativa através do convênio assinado entre Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará e Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB. As atividades desenvolvidas para construção do PLHIS, foram divididas em 4 momentos:

O primeiro momento foi uma pesquisa documental no acervo da Prefeitura Municipal de Oeiras, na Câmara Municipal e com pessoas que trabalharam na elaboração do Plano diretor municipal e das Conferências Municipais da Cidade; O segundo momento foi a mobilização interna da administração pública através de parcerias firmadas com as Secretarias Municipais com objetivo de informar as ações que serão desenvolvidas para recrutar mão-de-obra que pudessem dar suporte técnico a equipe e também na mobilização externa, no contato com as associações, movimentos sociais, sindicatos além da população em geral para informar sobre o PLHIS e constituir o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

Um terceiro momento foi o diagnóstico habitacional no município, este momento foi muito importante, pois foi feita as visitas domiciliares e aplicados questionários para identificar o tipo de moradia e as condições desta moradia. Foram visitadas 1120 casas divididas em 5 áreas da cidade sendo: Marapira, Marituba, Liberdade, Santa Maria e Estrada. Para construção deste diagnóstico foram capacitados os alunos do programa PROJOVEM Adolescente vinculado ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e os Agentes Comunitários de Saúde - ACS, os funcionários da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Departamento de Terras;

O último momento foi sistematização dos dados e a elaboração do Plano de Ação, no qual foram estabelecidos Diretrizes e Objetivos do PLHIS para notar a situação habitacional no município.



Durante a construção do PLHIS foram identificados 5 áreas de assentamentos precários dentro da área urbana do município de Oeiras do Pará, localizados nos bairros da Liberdade, do Marapira, do Marituba, Estrada e Santa Maria. Essas áreas passam por um processo de ocupação desordenado de seu espaço urbano e apresentam ausência de saneamento básico, bem como, adensamento excessivo, domicílios sem banheiro, entre outros.

4. CONCLUSÕES

O aumento da população urbana de Oeiras nas últimas duas décadas, junto a não absorção de trabalhadores no mercado de trabalho e as precárias condições econômicas da população levaram a uma ocupação inapropriada do espaço urbano. Algumas áreas desocupadas da cidade formadas por terrenos alagados ou alagáveis, cujos serviços de infraestrutura, tais quais, energia, água potável, serviços de saneamento básico, são totalmente precários, vão sendo ocupadas por uma parcela da população que não podem pagar por áreas infraestruturadas, essas áreas são classificadas como assentamentos precários, meu foco de compreensão neste projeto. Essa forma de ocupação vem ocasionando péssima condição na qualidade de vida e grandes problemas sociais.

Portanto, a dinâmica de expansão das cidades, acompanhadas por ausência de políticas públicas, a não absorção de trabalhadores no mercado de trabalho e as precárias condições econômicas da população, ocasionam a ocupação desordenada do espaço urbano, onde áreas alagadas e/ou alagavam são habitadas. Essas formas de ocupação podem ser classificadas como assentamentos precários.

A expressão “assentamentos precários” foi adotada pela nova Política Nacional de Habitação de forma a englobar numa categoria de abrangência nacional, o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferias, favelas assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais que se acham degradados. Os assentamentos precários são portando, porções do território urbano com dimensões e tipologias variadas, que têm em comum a precariedade das condições de moradia por inúmeras carências e inadequações tais como: irregularidade fundiária, ausência de infraestrutura de



saneamento ambiental, localização em áreas mal servidas por sistemas de transporte e equipamentos sociais, terrenos alagados e sujeitos a riscos geotécnicos, adensamento excessivo, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional. (Ministério das Cidades 2010).

5. REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **O rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas** (Org.). Ed. UFPA, Belém, 2006.

CASTRO, Edna. **Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas**. In Edna Castro (org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008. (pp. 11-39)

MACHADO, Lia O. **Mitos da Realidade da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Tese de doutorado. Departamento de Geografia Humana. Universidades de Barcelona. Barcelona. 1989

Ministério das Cidades. **Curso à Distância do Plano Local de Habitação de Interesse Social. Aula 5, Assentamentos precários: identificação, caracterização e tipos de intervenção**. Ministério das Cidades, Brasília, 2010.

Ministério das Cidades. **Guia para mapeamento e caracterização de Assentamentos Precários**. Brasília: MCidades, 2010.

MIRANDA, Livia. **A questão Periurbana e a Reforma – Contribuições ao Debate**. Recife:FASE/Observatório das Metrópoles, 2009.

PERREIRA, José Carlos Matos. **Urbanização na Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional**. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.) *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006. (pp. 23-52)

RIBEIRO, Rovaine. **A Política Habitacional recente e sua expressão em municípios da Amazônia Oriental: os exemplos de São Sebastião da Boa Vista e São João do Araguaia – PA**. In Joana Valente Santa, Anna Carolina Gomes Holanda e Aldebaran do Socorro Farias de Moura (org). *A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém/PA: Ed. UFPA. 2012 (pp. 215-246)

SANTANA, Joana Valente. **Pequenas Cidades na Amazônia: desigualdades e seletividade**. In Joana Valente Santa, Anna Carolina Gomes Holanda e Aldebaran do Socorro Farias de Moura (org). *A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém/PA: Ed. UFPA. 2012 (pp. 77-96)

Site do IDESP <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/oeirasdopara.pdf>, acessado em 11.01.2013.

Site do IBGE <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acessado em 03/01/2013.